

# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

## O TRABALHO DOS PROFESSORES NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO PARANÁ (1995-2002): UMA ANÁLISE DOS DILEMAS DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO<sup>1</sup>

Luciane Francielli Zorzetti Maroneze<sup>2</sup>  
Ângela Mara de Barros Lara<sup>3</sup>

### RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar as configurações que caracterizaram o trabalho docente na Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, no período de 1995 à 2002, tendo como base a Política de Educação empreendida pelo governo e sua articulação com os novos parâmetros de reestruturação produtiva que emergiram nessa nova fase de mundialização do capital. Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental pautada em discussões de autores que problematizam o tema em questão. Como perspectiva crítica, adota-se o materialismo histórico, que permite compreender o trabalho docente como parte da totalidade histórica da vida material na qual se constitui e se reproduz. Conclui-se que a política educacional tal como se estruturou, sob o discurso de uma suposta valorização, não poderia apresentar outra conformação à identidade profissional senão aquela adequada a preservar os valores econômicos. Na contramão desse movimento, observou-se a atuação expressiva da APP-Sindicato como força política de resistência à ofensiva política do governo por consolidar um sistema de não proteção aos direitos sociais dos trabalhadores.

**Palavras-Chave:** Reestruturação Produtiva; Trabalho Docente; Educação Básica; Política de Recursos Humanos.

### ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze the parameters that characterize teaching in Primary Education Net Paraná, in the period 1995-2002, with reference to education policy conducted by the government and its relationship with the new parameters productive restructuring emerged in this new era of globalization of capital. Literature and documents is guided by discussions of authors problematize the issue at hand. How to adopt a critical perspective of historical materialism, which allows us to understand teaching as part of the historical totality of material life which constitutes and reproduces. We conclude that educational policy as structured under the discourse of a supposed recovery could not present the formation of another professional identity, but economic values should be preserved. In opposition to this motion, there was the important role of APP- Union as a political force of resistance to attack government policy to consolidate a system of non-protection of social rights of workers.

**Keywords:** Productive Restructuring; Employment Education; Basic Education; human resources policy.

<sup>1</sup> As reflexões trazidas neste artigo são resultantes de pesquisa desenvolvida na dissertação de mestrado em educação, realizada no período de 2009 a 2011, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá, sob orientação da Profª Drª Ângela Mara de Barros Lara. Contempla, em parte, as discussões desenvolvidas em um dos capítulos do livro Políticas Educacionais: um exame de proposições e reformas educacionais, organizado por Ângela Mara de Barros Lara e Roberto Antônio Deitos, publicado pela EDUNIOESTE em 2012.

<sup>2</sup> Luciane Francielli Zorzetti Maroneze, graduada em Serviço Social Universidade Estadual de Londrina (UEL), mestre em educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), professora do Curso de Serviço Social da UNESPAR/Campus Apucarana e pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Estado, Políticas Educacionais e Infância – GEPPEIN. E-mail: lucianezorzetti@gmail.com

<sup>3</sup> Angela Mara de Barros Lara, Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/Marília; vinculada ao Departamento de Fundamentos da Educação – DFE e do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPE da Universidade Estadual de Maringá – UEM; atuando no mestrado e doutorado; líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Estado, Políticas Educacionais e Infância – GEPPEIN.

# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

## Introdução

Este artigo discute as configurações do trabalho dos professores na rede estadual de educação básica do Paraná nas duas gestões do governo Jaime Lerner, considerando os elementos conjunturais que incidiram em sua precarização. Para tanto, examina-se a política educacional, e sua articulação com as políticas de cunho neoliberal e com a reestruturação produtiva que caracterizam essa nova fase de reorganização capitalista.

Especificamente na gestão Lerner, os encaminhamentos econômicos e políticos do estado, ajustados às mudanças macroeconômicas, foram acompanhados por reformas institucionais e administrativas que ganharam contornos particulares dentro de um contexto maior de reformulação do Estado no Brasil. Com essa perspectiva, o governo subsidiou o setor produtivo com uma política favorável às necessidades recorrentes do mercado e adotou essa mesma lógica para proceder à gestão dos serviços públicos, criando empresas de natureza pública não-estatal, terceirizando serviços e gerando incentivos ao setor privado a custas de um maior prejuízo e comprometimento dos serviços públicos e direitos dos trabalhadores.

No campo educacional, os anúncios pronunciados pelo governo visavam instrumentalizar o ensino com base na lógica e nos princípios empresariais. Nesses termos, o trabalho docente foi afetado por uma avalanche de exigências e imposições, que incidiram na desregulamentação dos direitos sociais, submetendo os docentes às novas formas de organização do trabalho.

Nos pressupostos das análises aqui mediadas, o trabalho docente é compreendido como parte da dinâmica da produção e reprodução social circunscrita às formações sociais capitalistas, pois entende-se que o discurso aparente e consensual da precarização do trabalho como um fenômeno isolado deve ser superado, desarticulado das bases materiais que o determina, é interpretado como questão naturalizada que deve ser resolvida dentro das possibilidades que o indivíduo vivencia no seu processo de seu trabalho. Nesta perspectiva, procura-se apreender o fenômeno da precarização no contexto da reestruturação capitalista –

# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

que assume particularidades no Brasil e no Estado do Paraná – e das mudanças ocorridas nas políticas educacionais brasileiras pós 1990.

## **Reconfigurações do Trabalho face à Reorganização do Estado Brasileiro**

No cenário de mundialização do capital, os programas de ajustes neoliberais acentuaram a dependência externa dos países periféricos, reduzindo sua autonomia política, retrocedendo as conquistas sociais e sindicais e aprofundando as dimensões da precarização do trabalho. Nesse contexto, o Brasil respondeu adequadamente as exigências de inserção nos novos modelos requeridos pelos países centrais, com a reconfiguração do Estado e a ofensiva das políticas por eles implementada.

Como parte intrínseca do processo de reformulação do Estado, o mercado de trabalho assumiu novas dimensões. O governo promoveu reformas trabalhistas, objetivando adequar as condições de trabalho às necessidades do atual estágio de acumulação de capital. Sendo assim, incentivou a desestruturação do mercado de trabalho, que se acentuou nos anos de 1990 e avançou ao longo do século XXI, atingindo o conjunto de trabalhadores, incluindo aqueles do setor público/estatal, cujos empregos representam uma parcela expressiva do mercado de trabalho.

De acordo com Borges (2007, p. 82-83), os objetivos visados pelo governo brasileiro eram bem precisos, ou seja, promover o rápido desmonte das estruturas herdadas do período anterior de expansão do nacional desenvolvimentismo<sup>4</sup> e implementar um novo modelo de acumulação, subordinado e desvinculado de um projeto nacional e sem qualquer compromisso com a inclusão social da grande maioria, que, na etapa anterior do processo de

---

<sup>4</sup> De acordo com Petras (2001), o modelo desenvolvimentista nacional (1964-1985) deu muito valor à maximização de investimentos, seja ele nacional ou estrangeiro, e, como incentivo, baixou as barreiras para o investimento estrangeiro. A dimensão nacional do modelo sofria forte pressão para liberar ainda mais os mercados, os fluxos de bens e privatizar áreas estratégicas. No entanto, setores nacionalistas do regime militar resistiram, particularmente durante o governo de Geisel, procurando manter o projeto nacionalista. Foi, paradoxalmente, com o advento do regime civil liberal que o grande empresariado estrangeiro e local conseguiu exercer máxima influência na abertura dos mercados, sobretudo, porque mantinham ligações estreitas com os interesses financeiros privados tanto interna quanto externamente.

# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

acumulação, já se encontrava excluída. Tais objetivos implicaram em um processo de desestruturação do mercado de trabalho, que se acentuou nos anos de 1990 e avançou ao longo do século XXI, atingindo negativamente o conjunto de trabalhadores, incluindo aqueles do setor público/estatal, cujos empregos representavam e representam uma parcela expressiva do mercado de trabalho.

Nesse período, diversas mudanças foram introduzidas na legislação trabalhista brasileira, a exemplo da Lei do Trabalho Temporário, que foi aprovada em 1998, constituindo, na perspectiva de Alves (2005), em um novo arcabouço jurídico-institucional de regulação do trabalho precário, capaz de promover a flexibilidade dos contratos e o processo de terceirização, como forma de possibilitar maior “liberdade” nas negociações entre patrão e empregado.

A ideia consistia em reduzir os gastos e obter cada vez mais o consentimento dos trabalhadores, envolvendo-os ativamente no processo de produção. Para tanto, o governo e os capitalistas em geral argumentavam que o excesso de leis contribuía para inibir as novas contratações, e que, portanto, para acompanhar a dinâmica de instabilidade do mercado, era preciso flexibilizar as relações de trabalho e adotar estratégias que trouxessem “benefícios” ao trabalhador, como foi o caso da política de bônus de produtividade, participação nos lucros e resultados, recomendadas pelo governo (ALVES, 2007).

Evidenciando essas tendências, que conferem ao mercado maior liberdade de dispor do controle da força de trabalho, Mony e Druck (2007) advertem que, no Brasil, o debate acerca da precarização do trabalho está relacionado ao processo de terceirização, que se tornou mais evidente nos anos de 1990 com a retomada do projeto neoliberal. Segundo as autoras, esse fenômeno deve ser compreendido:

[...] como processo social constituído pela ampliação e institucionalização da instabilidade e da insegurança, expressa nas formas de organização do trabalho – onde a terceirização/ subcontratação ocupa um lugar central – e no recuo do papel do Estado como regulador do mercado de trabalho e da proteção social através das inovações da legislação do trabalho e previdenciária (MONY; DRUCK, 2007, p. 30).

# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

Com base nas proposições dos autores, percebe-se que a terceirização aliada a outras formas de precarização do trabalho constituiu-se no traço característico das mudanças operadas na organização da força de trabalho. Nesse processo, o Estado atuou fortemente não intervindo na regulamentação das leis de proteção ao trabalho, propondo a retomada de antigas modalidades de terceirização e inserindo outras novas, como forma de intensificar a precarização, reduzindo os encargos sociais.

Argumenta-se que a forte tendência ao emprego das modalidades flexíveis de trabalho não ocorreu de forma isolada. Estas vieram acompanhadas de maior investimento em ciência e tecnologia incorporado às máquinas e uma nova organização da produção, que ampliaram a potencialidade do capital em intensificar as formas de exploração, reduzindo o número de trabalhadores e aumentando a extração de mais valia. Isto permite compreender que as mudanças na relação capital-trabalho resultaram sempre em prejuízo ao polo mais fraco, particularmente, quando existe uma quantidade de força de trabalho disponível muito maior que a necessidade de valorização do capital.

Compartilhando desse entendimento, Pochmann (2006), destaca que, desde 1990, o Brasil vem se mostrando atuante no projeto de inserção competitiva na economia global. O novo modelo econômico, marcado pela abertura comercial, com maior endividamento externo, juros elevados e reformulação do setor público, vem impondo um movimento de desestruturação do mercado de trabalho, com o aumento do desemprego e a diminuta geração de postos de trabalho.

Para exemplificar essa situação, o autor divulga dados relevantes ao destacar que, em 2000, a taxa de precarização dos postos de trabalho ultrapassou os 40% do total de ocupação nacional. Até a década de 1970, o número de empregos com registro formal crescia relativamente, entretanto, a partir dos anos de 1980, houve um aumento da presença do emprego sem carteira assinada, significando a ausência dos tradicionais direitos sociais e trabalhistas.

Como salienta Antunes (2003, p. 119), “[...] a sociedade do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas do

# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

trabalho parcial”. Neste contexto, assiste-se à redução dos empregos formais ou permanentes e o predomínio dos regimes e contratos de trabalho parcial e temporário em regime de terceirização, subcontratação, revelando-se em formas cada vez mais precarizadas de trabalho.

Essas mudanças que demarcaram o capitalismo contemporâneo têm apontado para uma perversa lógica de exclusão, num processo que ressignifica os espaços laborativos e de qualificação, desafiando, constantemente, o mundo do trabalho. Kuenzer (2004) salienta que as últimas décadas do século passado e início deste foram marcados por um processo de intensificação e exploração que se acentuou no chamado setor de serviços, onde se incluem a educação, a saúde e os profissionais liberais. De acordo com a autora, estes serviços, sejam para uso público ou para o capitalista, foram “[...] forçados a se reorganizar para serem competitivos e assegurarem acumulação, [...] combinaram complexificação tecnológica com redução de força de trabalho, [...] além de mecanismos de descentralização, em particular, a terceirização” (KUENZER, 2004, p. 243).

Como expressão das novas configurações gestadas pelo capital financeiro, a sociabilidade estabelecida na esfera do mercado anunciou novos parâmetros de organização do trabalho docente que, a exemplo de outras categorias profissionais, foram submetidos às determinações que conformam à exploração capitalista do trabalho. Em outros termos, os profissionais docentes ganharam visibilidade dentro da nova ordem social, sendo ajustados ao novo modelo produtivo para o capital consensuar suas estratégias de valorização, estabelecendo a formação do trabalhador adequado ao novo paradigma produtivo.

De forma sintetizada, pode-se afirmar que, no contexto da economia brasileira, articulada aos ajustes neoliberais implementados nos anos de 1990, o mercado de trabalho foi palco de grandes transformações. O Estado brasileiro recuou nas suas intervenções, desmantelando os direitos sociais por meio de reformas que acentuaram a desvalorização e fragmentação da força de trabalho, ao mesmo tempo, agregaram, no domínio da produção, novas estratégias ideológicas, que reforçaram o compromisso com os objetivos da empresa, enfraquecendo as iniciativas políticas organizadas em torno da defesa dos direitos e proteção social dos trabalhadores, à exemplo dos profissionais docentes.

# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

## **A Política de Educação na gestão do governo Jaime Lerner: um registro histórico da precarização do trabalho dos professores**

Numa incursão histórica sobre o período governado por Jaime Lerner, pode-se afirmar que, o projeto de reforma do Estado, implementado no Paraná nos anos de 1990, revelou-se eficiente na consolidação de um novo modelo de desenvolvimento favorável às elites econômicas. Isso porque o estado articulou o setor econômico às mudanças que vinham ocorrendo na esfera produtiva, com abertura favorável aos investimentos estrangeiros e reformas institucionais que impuseram uma nova relação com as áreas sociais, em especial no que diz respeito à educação.

Entre os anos de 1970 e 1990, a economia paranaense foi marcada por uma dinâmica expansiva, caracterizada, especialmente, por manifestar um novo formato no contexto da produção capitalista internacional. Apoiados nas políticas financeiras e fiscais e aproveitando-se da existência de condições favoráveis para retomada dos investimentos nacionais, os governos promoveram o desenvolvimento industrial, incentivando a modernização produtiva com a ampliação do sistema de produção e a incorporação de novas tecnologias, sobretudo no setor agroindustrial, que, nos anos de 1980, concentrou grande parte dos investimentos (VASCONCELOS; CASTRO, 1999).

Com base nos estudos deste autor, é possível perceber que a economia paranaense, nos anos de 1980, revelou alguns traços contraditórios, visto que, mesmo contrapondo-se à crise e recessão da economia nacional e obtendo níveis de crescimento superiores, o conjunto da população enfrentou graves dificuldades econômicas com a redução das oportunidades de emprego e baixos níveis salariais.

O movimento que acenava para a concentração de riqueza, com investimentos ligados à agroindústria para a exportação e mercado interno e ao complexo cooperativo como elemento empresarial do estado, era o mesmo que aprofundava a deterioração das condições de vida dos mais pobres. O quadro estrutural apontava o baixo dinamismo do emprego formal

# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

e os efeitos paliativos das políticas sociais, cuja concepção e desenho dificultavam sua eficácia ante a complexidade das questões sociais.

No campo educacional, as propostas e metas anunciadas visavam instrumentalizar o ensino com base na lógica e nos princípios empresariais. Nesses termos, o trabalho dos professores foi afetado por uma série de exigências e imposições, que incidiram na desregulamentação dos direitos sociais, sobretudo com a política de redução dos gastos públicos, que, além de comprometerem a qualidade do ensino, tornaram aviltantes suas condições de vida e de trabalho.

Percebe-se que a mesma política que permitiu ao governo atender aos interesses dos grandes industriais, ampliando os acordos e as bases mais flexíveis do trabalho em face às exigências da produção capitalista, fez também reduzir sua atuação no campo educacional, redimensionando a organização do trabalho docente, de modo a adequá-lo aos novos critérios ocupacionais. Desse modo, as formas flexíveis de contratação, a defasagem salarial, a intensificação e as relações precárias de trabalho assumiram dimensões mais acentuadas nesse contexto, evidenciando que, não obstante aos programas implementados em prol da melhoria da qualidade da educação, estavam os constantes desafios lançados sobre os trabalhadores docentes, diante das mudanças configuradas na política educacional e expressas nas orientações formuladas pela Secretaria Estadual de Educação – SEED.

O governo, por meio da SEED divulgou, nesse período, uma série de medidas governamentais que enfatizava a modernização como fator indispensável para superar as deficiências e defasagens do ensino. Tais medidas tiveram como orientações para seu desenvolvimento, os pressupostos das agências internacionais e da reforma política e econômica do Estado brasileiro, adequando a educação à escassez de recursos e aos parâmetros competitivos delimitados pelo mercado.

No Primeiro Congresso Estadual Unificado dos Trabalhadores em Educação do Paraná, realizado em dezembro de 2000, sob a organização da APP-Sindicato, a preocupação com as iniciativas divulgadas e implementadas pela SEED-PR já faziam parte da agenda de discussões, sendo explicitada no debate dos educadores com a seguinte proposição

# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

O desmonte dos serviços públicos caracteriza também esta gestão. Com o argumento de combate à ineficiência e redução de gastos, Lerner propôs executar várias medidas: vendas de empresas e patrimônios, criação de paraestatais (Paranaprevidência, Paranaeducação, etc.), terceirização, demissões, destruição de direitos dos servidores, entre outras (ANÁLISE..., 2000, p. 12).

A adoção dessas medidas indicou uma nova orientação política do governo, caracterizada por assumir uma posição subordinada aos princípios econômicos. As mudanças na educação que alteraram a configuração da rede estadual de ensino vieram acompanhadas da proposta de um novo modelo de gestão educacional, pautado em novos arranjos que reforçavam as “virtudes do mercado”, com base nas ideias de excelência e produtividade. Sob essas orientações, potencializou-se a fragmentação e a deficiência do sistema de ensino, tornando expressivas as mudanças que acentuaram sua precarização.

Estudos elaborados sobre o período, como Hidalgo e Silva, I. L. (2001), Nogueira (2001), Silva (1998), revelam evidências de elementos comuns na política educacional, destacando, entre outros aspectos, uma nova perspectiva gerencial, capaz de interferir na organização administrativa e pedagógica das escolas, viabilizando as condições necessárias para obter bons resultados mesmo com a escassez de recursos.

Esse novo modelo gerencial foi proposto a partir de um elenco de documentos formulados e gerenciados pela SEED. Logo no primeiro ano de governo, a equipe técnica da SEED-PR publicou um documento intitulado Plano de Ação da Secretaria de Estado da Educação (PARANÁ, 1995), apresentando propostas inovadoras, com a perspectiva de alçar a educação a um patamar de excelência na qualidade.

O documento anunciava algumas linhas de ação<sup>5</sup> necessárias para orientar as mudanças educacionais, evidenciando, como foco principal, a reestruturação dos diferentes níveis de ensino, com base em uma política que fazia referência aos valores privatistas, considerados os mais adequados para sanar grande parte dos problemas educacionais e melhorar os níveis de ensino. Na verdade, tratou-se de estabelecer um novo receituário para a

---

<sup>5</sup> Destaca-se a ênfase aos aspectos relacionados à descentralização, à centralidade nos resultados, na competência e no envolvimento da comunidade com as questões educacionais.

# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

política educacional paranaense, capaz de propagar a noção de escola como um modelo empresarial, pautado no valor da técnica e dos indicadores de produtividade

As particularidades da política educacional assumida pela SEED e as estratégias por ela implementadas, além de fortalecer no plano ideológico o receituário dos programas de qualidade total, mobilizou a subjetividade dos professores para que aderissem ao novo formato de organização escolar, caracterizado pelos aspectos administrativos e gerenciais.

Mais do que servir de requisito para a valorização profissional, a competência era vista sob um enfoque individual, um investimento permanente que os professores deveriam assumir no aprimoramento de sua formação e capacitação profissional, melhorando o desempenho dos alunos, independente dos investimentos do governo na melhoria de sua qualidade profissional. Os argumentos de Pino, Vieira e Hypolito (2009, p. 119) evidenciam esta questão

O professorado das escolas públicas se vê envolvidos nessa rede por meio de discursos dirigidos às subjetividades docentes. Num primeiro momento, os problemas de desempenho dos estudantes são diretamente relacionados à má formação do professorado. Subliminarmente (ou nem tanto), os docentes sofrem uma crítica que lhes acusa de acomodação e de não atender aos apelos e ao “esforço” do governo, que busca uma educação de qualidade. Cabe então ao professor, por conta própria e por livre decisão, fazer a sua parte: ser competente (PINO; VIEIRA; HYPÓLITO, 2009, p. 119).

Além da competência, a valorização do profissional da educação, contemplada no Plano de Ação (PARANÁ, 1995), era traduzida em outros elementos que indicavam seu caráter restrito e adequada aos pressupostos da gestão, uma vez que se limitava à melhoria dos níveis salariais, divulgação das experiências exitosas nas escolas e estímulo aos professores que demonstrassem bom desempenho e resultados em suas atividades. Valorizar esses profissionais significava também compartilhar os custos do ensino e estabelecer formas menos ‘burocráticas’ de administrar a política de recursos humanos da educação.

Conforme análise de Silva, I. L. (2001) a educação de excelência, defendida pelo governo por meio da gestão compartilhada, significava a aplicação de princípios de gestão

# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

empresarial, pautada na qualidade total da educação<sup>6</sup>. Na transferência do conceito de excelência para a educação, a autora chama atenção ao fato de que as premissas básicas que sustentam as políticas de recursos humanos das empresas, como: diminuição de custos, aumento da produtividade e adesão dos empregados aos propósitos da empresa, ficaram preservadas, com a justificativa de ser o único caminho para que todos pudessem ter escolas de qualidade.

Inserido nesse processo, o trabalho docente foi reconhecido como mais um componente a ser ajustado às novas e precárias perspectivas educacionais. Se a otimização de recursos era uma das metas perseguidas, isso implicava em otimizar, inclusive, os recursos humanos. Como preconiza Silva, I. L. (2001, p. 154), a busca da excelência nas escolas implicou em uma política de recursos humanos que flexibilizou os direitos conquistados nas décadas anteriores.

A contratação de professores e funcionários pelas escolas, a partir de 1995, já indicou o sentido que esse governo pretendia dar à administração dos recursos humanos, ou seja, redimensionar as relações trabalhistas e educacionais dos professores e funcionários e o Estado, além de redimensionar o papel do Estado quanto à gestão dos recursos humanos.

Para legitimar e dar suporte a essa nova forma de regulação do trabalho, explicitada no modelo de gestão preconizado pela SEED e materializado nos programas por ela implementados, o governo criou uma agência social autônoma, denominada de Paranaeducação, como uma nova institucionalidade configurada no campo do setor público não-estatal. Propôs a tentativa de um Plano de Desenvolvimento de Pessoal e, já no final de sua gestão, criou o Decreto nº 5.546/02 (PARANÁ, 2002), concedendo gratificação especial por assiduidade.

---

<sup>6</sup> Silva, I. L. (2001) elucida que o pressuposto da qualidade total na educação está intrinsecamente vinculado a certos aspectos da política neoliberal que reorienta a educação de acordo com os esquemas de organização liberal do trabalho. Como uma das estratégias adotadas, o governo, por meio da SEED, procurou divulgar na mídia seu projeto neoconservador, criando um clima favorável para que o convencimento publicitário tivesse força para sobrepor-se às discussões políticas, indicando que mecanismos eficazes no campo empresarial, como controle, estímulo à produtividade e treinamento, seria um caminho altamente confiável e poderia surtir o mesmo efeito no campo escolar.

# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

Esses mecanismos, configurados no bojo da política de recursos humanos, estabeleceram novos parâmetros de regulação do trabalho docente. Mais do que qualificação, exigiam um profissional totalmente disposto a se comprometer com os valores institucionais calcados nas práticas individuais, competitivas e nas relações marcadas pelo trabalho intensivo.

O **Paranaeducação**, como instituição de natureza privada, foi estabelecido por convênio de cooperação, tendo em seu Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 4.002/98, a autonomia administrativa e financeira para gerir os recursos públicos na área da educação, gerenciar os recursos humanos e subsidiar nas questões institucionais, administrativas e pedagógicas das unidades escolares (PARANÁ, 1998, p. 1). No art. 1º do referido Decreto, a agência explicita sua finalidade,

[...] auxiliar na Gestão do Sistema Estadual de Educação, através da assistência institucional, técnico-científica, administrativa e pedagógica, da aplicação de recursos orçamentários destinados pelo Governo do Estado, bem como da captação e gerenciamento de recursos de entes públicos e particulares nacionais e internacionais (PARANÁ, 1998, p. 1).

Com a implantação deste serviço, o governo objetivava ‘melhorar a gestão educacional’, abrindo canais menos burocratizados, mais eficientes e flexíveis para administrar os recursos públicos. Por isso, em sua natureza, afirmava a autonomia de celebrar convênios, contratos, parcerias e consórcios com pessoas físicas e jurídicas de direito público e privado.

Com tal justificativa, os problemas educacionais foram explicados com base na ineficiência de um modelo institucional arcaico e burocrático, o qual servia tanto para difundir o consenso em entorno da privatização do ensino público quanto para encobrir que as causas de tais problemas estavam nas contradições produzidas pelo próprio desenvolvimento capitalista. Dessa lógica, derivou-se o entendimento das questões concernentes à precarização do sistema educacional e das condições de trabalho docente, restrito ao aspecto gerencial e ao âmbito das iniciativas individuais.

# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

No Primeiro Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação do Paraná, a APP-Sindicato questionou o verdadeiro propósito deste serviço, evidenciando que, em muitas das ações da SEED, foi possível observar a tendência do governo à privatização, entretanto nenhum deles foi tão expressivo quanto o Paranaeducação, que praticamente privatizou a SEED.

Com a implantação deste serviço, intensificou-se o processo de flexibilização das relações de trabalho. Os professores passaram a ser contratados não mais por concursos públicos, mas por trabalho temporário, sem vínculos diretos com o Estado, embora os gastos sociais fossem mantidos com recursos provenientes dos cofres públicos. O artigo 15, do Decreto nº 4.002/98, estabelece a autorização para celebrar contrato de gestão com o poder público estadual, permitindo à sua Diretoria Executiva a capacidade de contratar, administrar e dispensar recursos humanos, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O artigo 18, que trata do Regime Jurídico dos Empregados, detalha melhor essa questão,

Art. 18. As ações do PARANEDUCAÇÃO, compreendendo todas as atividades administrativas e técnicas relacionadas com planos, programas, projetos, produtos e serviços, de sua responsabilidade, serão exercidas e desempenhadas por empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e por terceiros, pessoas jurídicas ou físicas, observada a legislação em vigor (PARANÁ, 1998, p. 6).

Ainda que resultasse em maior ônus aos docentes e demais trabalhadores da educação, a SEED enfatizava, em seus argumentos, a confiabilidade de ter uma empresa como o Paranaeducação para gerenciar os serviços educacionais. Com esse discurso ideológico e mistificador da realidade, encobria as reais intenções, não revelando que o objetivo principal de toda e qualquer empresa está na obtenção de lucros e na exploração da força de trabalho.

É importante destacar que a implantação do Paranaeducação não foi o ponto de partida para o estabelecimento dos regimes temporários de contratação. Desde 1995, o governo Lerner já vinha praticando essa política com a abertura de testes seletivos por tempo determinado, sob a coordenação da própria SEED. Em 1997, com a criação do referido serviço, os professores continuaram sendo contratados pelo regime CLT, entretanto com o

# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

único diferencial das contratações serem efetivadas por tempo indeterminado. Nesse processo, o Paranaeducação descentralizou a seleção de professores para as escolas, competindo a elas nomear o conselho escolar como órgão encarregado de avaliar os educadores, com poder, inclusive, para demiti-los.

As evidências de precarização do trabalho docente se fez perceber também por outros condicionantes que, a exemplo das formas de contratação, fizeram parte das propostas do governo para redimensionar a política de recursos humanos. Mediados nesse contexto, à pretensão de estabelecer o **PLADEPE**, representou mais uma tentativa do governo em viabilizar a política de desregulamentação do trabalho. Os professores que ainda contavam com uma estrutura de cargos e salários estabelecida desde 1976, alterada em anos posteriores, teriam, segundo o governo, a possibilidade de ter o Estatuto do Magistério atualizado em consonância com os novos princípios da LDB.

No documento que apresenta o esboço da versão preliminar, divulgado em setembro de 1998, a equipe da SEED, responsável por sua formulação, anunciava as mudanças no plano de carreira, com posicionamento favorável à descentralização dos concursos e à centralidade no regime jurídico celetista. Tendo como princípio básico a “preservação dos direitos adquiridos pela categoria”, o documento explicita, de um lado, seus valores políticos e ideológicos para encobrir, de outro, a política favorável à implantação da reforma administrativa, condizente com os valores mercadológicos, justificando a redução dos custos do trabalho como uma exigência natural ao processo de modernização do Estado e de reorganização do capital.

Apesar dos argumentos e das estratégias do governo para obter a concordância da categoria ante as prioridades elencadas na implementação da carreira docente, o PLADEPE teve uma rejeição muito forte por parte dos trabalhadores, que, organizados pela força sindical, recusaram sua aprovação. A construção do novo plano de carreira manteve-se engavetado pelo governo e os professores, ao longo das duas gestões, continuaram tendo sua estrutura de carreira regulada pelo Estatuto do Magistério, instituído em 1976. Obviamente, essa estrutura foi alterada nos anos de 1980 e 1990, entretanto não avançou no sentido de

# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

propiciar melhorias nas condições de trabalho e na valorização da carreira e, no momento em que um novo plano poderia ter sido implementado, sobretudo com a criação do FUNDEF (nº 9.424/96), um novo modelo institucional ganhou impulso nos órgãos públicos, adequando as relações de trabalho às exigências de modernização estatal, como discutido anteriormente.

As propostas executadas pela SEED, longe de garantir os direitos sociais dos professores, limitavam-se a políticas compensatórias que cumpriam o importante papel de encobrir o caráter ofensivo das ações. Desse modo, a exemplo das propostas de desregulamentação do trabalho, o governo criou o **Decreto nº 5.546/02**, que concedia gratificação especial por assiduidade a todo funcionário público efetivo. No caso específico dos professores, assim como de outros trabalhadores do setor público, a lei não incluía os celetistas, não era incorporada ao salário e não contava para fins de contribuição previdenciária. Tratava-se de ‘compensar’ possíveis prejuízos, evitando o absentéismo de muitos professores que se ausentavam em decorrência dos problemas de saúde, agravado, muitas vezes, em razão das péssimas condições de trabalho.

Tal proposta, semelhante à estratégia dos abonos salariais, apresentava um caráter residual e seletivo, típico da política mínima de Estado. Seu propósito era assegurar um suposto benefício, referido tão somente para reconfigurar as relações de trabalho, inibindo as práticas coletivas e mantendo os trabalhadores submissos a um modelo que limita sua condição humana, posto que está a serviço das relações produtivas do capital.

Articulado a esse entendimento, Abreu e Landini (2003) evidenciam que o Estado capitalista, como instrumento da classe dominante, não poderia impor outra lógica a seus próprios funcionários que não a lógica capitalista de produção, ainda que o trabalho do funcionário público não esteja diretamente vinculado ao processo produtivo. Com base nas proposições das autoras é possível inferir que as mudanças nas relações de trabalho, propostas pelo governo Lerner, tinham objetivos claros de acompanhar as tendências atuais de organização do capital, aplicando, na prática, as medidas liberais no sentido de fazer com que os professores, assim como demais trabalhadores do setor público trabalhassem mais, mesmo sob as condições adversas e precarizadas.

# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Os programas educacionais propostos pela SEED, com base nas orientações das organizações internacionais, em especial do BID e BIRD, estabeleceram uma nova institucionalidade no âmbito educacional, submetendo o trabalho docente a processos dissimulados de intensificação do trabalho, sobretudo pela política pautada na privatização e na redução dos investimentos educacionais.

Ao longo das duas gestões, o governo Lerner propalou a valorização dos professores como fator preponderante na consecução das metas de reforma educacional. Tal valorização, engendradora nas propostas de inspiração liberal, apresentou um caráter essencialmente contraditório, limitada a adequar as condições de trabalho e vida dos trabalhadores docentes aos valores econômicos e à sociabilidade produtiva, postas no atual estágio do capitalismo.

## **Considerações Finais**

Dentro desses novos padrões de organização do trabalho, verificou-se que a vida dos trabalhadores tem sido fortemente impactada pela destituição dos direitos sociais e das próprias condições básicas de sobrevivência. Desse contingente, fazem parte os trabalhadores docentes que, assim como qualquer outro tipo de trabalho, vêm enfrentando situações adversas, particularmente com a política neoliberal de Estado, que, na defesa dos interesses da reprodução do capital, propaga a mínima intervenção nos investimentos educacionais.

Procurando apreender e analisar essas relações, recuperou-se um pouco da história que, escrita em um cenário ainda recente, permanece registrada nos documentos e possivelmente na memória de muitos trabalhadores da educação que atuaram nesse período, consentindo e ou rejeitando as mudanças ocorridas na política educacional do Paraná, enquanto um processo concomitante de reorganização neoliberal do Estado.

Nos anos de 1990, o estado despontou no cenário nacional, realizando mudanças em sua economia de modo a tornar o estado mais competitivo e em condições de absorver as demandas da reestruturação produtiva.

Pode-se considerar que os pressupostos que orientaram o governo Lerner procuravam consolidar uma nova cultura calcada nos valores empresariais, reagindo às forças que

# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

pudessem se opor a esse projeto. Os argumentos que utilizava, geralmente, reforçavam a ideia de que fugir a esse modelo significava um anacronismo, um descompromisso com a qualidade da educação, justificando o posicionamento adotado pelo Sindicato, como forma de enfraquecer sua credibilidade e minimizar a importância de sua atuação.

No campo educacional, as particularidades assumida pela SEED e as estratégias por ela implementadas, a exemplo do modelo de gestão, imprimiram uma dinâmica diferenciada no funcionamento das escolas, manifestada no caráter privatista e descentralizador. Inserido nessa dinâmica, o trabalho docente foi tencionado pelas exigências de novas habilidades para desempenhar e responder com eficiência as metas de qualidade. A implantação do Paranaeducação e a tentativa de instituir o PLADEPE evidenciam essas intenções.

Além de fortalecer no plano ideológico o receituário dos programas de qualidade total, mobilizou a subjetividade dos professores para que aderissem ao novo formato de organização escolar, caracterizado pelos aspectos administrativos e gerenciais. Percebe-se que, no plano objetivo, as condições de trabalho foram marcadas por um acentuado processo de flexibilização dos direitos, como: estabilidade, concurso público, além de perdas salariais.

Cabe destacar que a política de recursos humanos tal como se estruturou, dissociada das reais necessidades dos trabalhadores, não poderia apresentar outra conformação à *identidade* profissional senão aquela adequada a preservar os valores econômicos, capaz de dificultar e mesmo obstaculizar os movimentos de oposição aos valores preconizados na reformulação da política educacional e do trabalho docente.

Considerando as correlações de forças e os principais atores que atuaram na contramão desse movimento, observou-se a atuação expressiva da APP-Sindicato como força política de resistência à ofensiva política do governo por consolidar um sistema de não proteção aos direitos sociais dos trabalhadores.

Considerando que a compreensão dessa conjuntura data mais de uma década, coloca-se a relevância de analisar os aspectos históricos que revelam a ofensiva contra o trabalho dos professores de modo a assinalar que, no tempo presente, às bandeiras de luta devem continuar fazendo parte da organização política desses trabalhadores, pois o capital, em seu processo de

# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

valorização, impõe um padrão destrutivo que, independente de fronteiras societárias, exige atenção permanente no sentido de reafirmar posicionamentos contrários a qualquer investida que possa interferir na violação dos direitos sociais dos trabalhadores, incluindo aqui, os trabalhadores docentes.

## Referências

ABREU, Claudia Barcelos de Moura; LANDINI, Sonia Regina. Trabalho docente: a dinâmica entre formação, profissionalização e proletarização na constituição da identidade. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 4, n. 8, p. 33-44, jan./abr. 2003.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2005.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Práxis, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 6. reimp. São Paulo: Boitempo, 2003.

ANÁLISE de conjuntura. In: CONGRESSO ESTADUAL UNIFICADO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO PARANÁ, 1. 2000, Pontal do Paraná. **Caderno de Resoluções**. Curitiba: APP-Sindicato, 2000. p. 9-16.

BORGES, Ângela. Mercado de trabalho: mais de uma década de precarização. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Orgs). **A perda da razão social do trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 81-94.

HIDALGO, Ângela Maria; SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli (Org.). **Educação e Estado**: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e Paraná na década de 1990. Londrina: Ed. UEL, 2001.

# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

KUENZER, Acácia Zeneida. Sob a reestruturação produtiva, enfermeiros, professores e montadores de automóveis se encontram no sofrimento do trabalho. **Trabalho, Educação e Saúde**, 2004. Disponível em: <<http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/pdf.4>>. Acesso em: 16 jul. 2010.

MONY, Annie Thébaut; DRUCK, Graça. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Org.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 23-58.

NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. **Estado e políticas sociais no Brasil**. Cascavel: Edunioeste, 2001.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Plano de Ação-Gestão da Secretaria de Estado da Educação 1995-1998**. Curitiba: SEED, 1995.

PARANÁ. **Plano de Desenvolvimento de Pessoal – PLADEPE**. Esboço da versão preliminar. Curitiba, set. 1998. p. 1-4.

PARANÁ. **Decreto nº 5.546/02, de 9 de abril de 2002**. Concede gratificação especial por assiduidade. 2002. Disponível em: <[http://www.app.com.br/portalapp/legislacao\\_estadual](http://www.app.com.br/portalapp/legislacao_estadual)>. Acesso em: 8 jul. 2010.

PETRAS, James. **Brasil de Cardoso: a desapropriação do país**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

PINO, Mauro Augusto Burkert Del; VIEIRA, Jarbas Santos; HYPOLITO, Álvaro Moreira. Trabalho docente, controle e intensificação: câmeras, novo gerencialismo e práticas de governo. In: FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M.; FIDALGO, Nara Luciene Rocha (Orgs.). **A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividade**. Campinas, SP: Papirus, 2009. p. 113-133.

POCHMANN, Márcio. Economia brasileira hoje: seus principais problemas. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 109-131.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. **Reforma ou contra-reforma no sistema de ensino do Estado do Paraná?** uma análise da meta de igualdade social nas políticas educacionais dos anos 90. 1998. 256 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

SILVA, Ieizi Luciana Fiorelli. Reforma ou contra-reforma no sistema de ensino do Estado do Paraná? uma análise da meta de igualdade social nas políticas educacionais dos anos 90. In: HIDALGO, Angela Maria; SILVA, Ieizi Luciana Fiorelli. **Educação e Estado**: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e Paraná na década de 90. Londrina: UEL, 2001. p. 127-166.

VASCONCELOS, José Romeu de; CASTRO, Demian (Coord.). **Paraná**: economia, finanças públicas e investimentos nos anos 90. Brasília, DF: IPEA, TD n. 624, fev. 1999.